

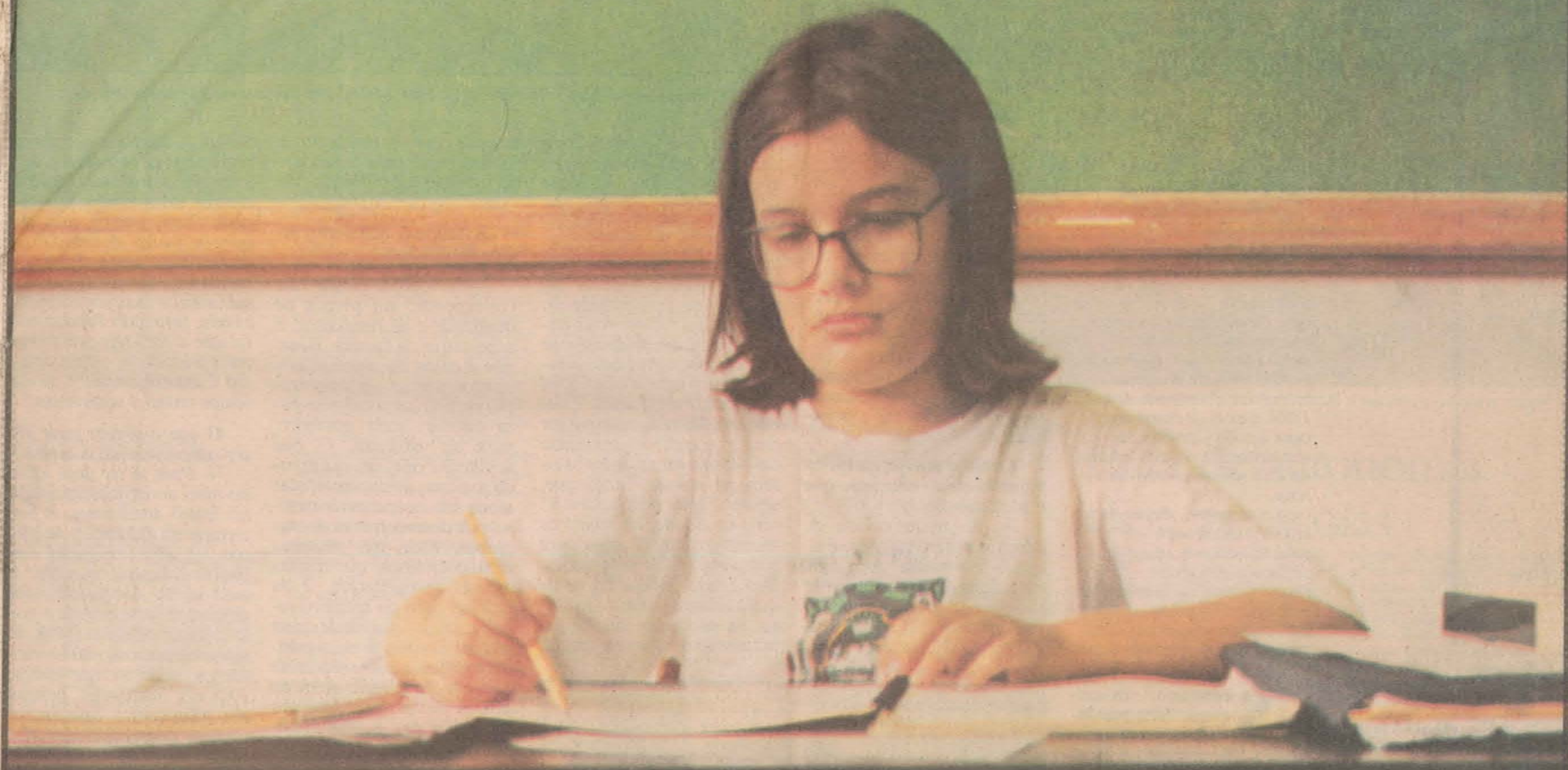
AJ09322

4502355-1

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

A GAZETA

Vitória (ES), terça-feira, 30 de novembro de 1993



A educação na ponta do lápis

A qualidade do ensino no Espírito Santo é ridícula, reconhece o secretário da Educação, Saturnino Mauro. Provavelmente, é reflexo do que determinam as elites, nas mãos das quais se processa todo o elenco de medidas e decisões em torno do assunto. Mesmo assim, há experiências novas, fruto do trabalho abnegado de técnicos e professores, gente mal-remunerada que mantém seu compromisso com as crianças. Este suplemento especial

levanta esta e outras questões, entre as quais o apego a velhas contradições no novo currículo, o retrato salarial da categoria, as aplicações financeiras do Estado em manutenção da rede física e o analfabetismo. O bloco único, projeto que pretende reduzir a repetência e a evasão, mereceu atenção, uma vez que desenvolve experiência que foge dos padrões clássicos do que se concebe hoje seja a educação.



Secretário diz que qualidade do ensino é ridícula

A qualidade do ensino praticado no Brasil é simplesmente ridícula. Ao fazer essa avaliação, o secretário da Educação, Saturnino Mauro, conta que de cada cem alunos que entram na primeira série do primeiro grau, apenas 50 passam para a segunda série e só 29 completam a oitava. Isso na cidade, porque no campo a situação é ainda pior: dos cem iniciais, apenas um conclui o primeiro grau.

Pesquisa realizada em Minas sobre provas aplicadas a alunos da 5ª à 8ª série mostra que, se fosse exigida nota cinco (50% de aproveitamento) em Português, 80% dos alunos seriam eliminados. Em Matemática, a percentagem alcançaria quase 98%. Segundo Saturnino Mauro, esse quadro decorre de um atraso que a educação vem acumulando no Brasil há cerca de 30 anos, "período em que os investimentos no setor foram caindo. Em sua opinião, as dificuldades começaram a ser combatidas a partir de 1989, depois de entrar em vigor a nova Constituição — que determina o gasto mínimo de 25% do orçamento com o setor.

Para o secretário, é necessário investir maciçamente em prédios escolares, material didático-pedagógico e principalmente na formação e reciclagem dos professores

ainda são necessários alguns anos para que o nível chegue mais perto do satisfatório. Nós conseguimos evoluir razoavelmente no que tange a instalações físicas, com reformas, ampliações e mesmo construção de novas unidades escolares e também no que se refere a equipamentos para as escolas. Mas existe um desafio muito grande, que é o principal, em que ainda temos muito a avançar.

Que desafio é esse?

— Trata-se da capacitação dos nossos professores, pois a qualidade da educação oferecida na rede pública passa necessariamente pela valorização do professor. Não somente em termos de melhorias salariais, mas também capacitando os nossos professores, reciclando-os, especializando-os. Isso se faz através de programas que demandam recursos significativos mas são fundamentais para se resgatar a qualidade na educação.

Como o senhor classifica a qualidade da educação que é oferecida hoje?

— A produtividade da educação oferecida hoje é ridícula. Na média, para cada cem alunos que entram na 1ª série do 1º grau, apenas 50



As crianças são vítimas de um sistema que, sem dúvida, lhes compromete o futuro profissional

Na zona rural, esses 29 caem para um. Isso acontece não apenas por causa da evasão relacionada a motivos sociais, em que se despontam a necessidade do aluno trabalhar e a impossibilidade de a família manter o aluno na escola. Isso tem influência, mas um dos fatores mais importantes é a repetência, que é muito grande em nossas escolas e tira toda a motivação dos nossos estudantes. Existem estudos que mostram ser muito grande a insistência das famílias em manter os filhos na escola. Tanto que, desses 29 que concluem a 8ª série na cidade, na média os alunos gastam 12 anos para completar essas oito séries. Isso é uma demonstração de que a família realmente valoriza a educação, insiste em

entende que a educação é fundamental para se ascender a melhores níveis de vida.

Então, por que o alto índice de evasão?

— É que a escola não corresponde, em termos de qualidade e de resultados, à expectativa da família. E isso não é culpa do aluno. Toda criança precisa ser despertada, precisa ser motivada para estudar, para aprender, para ser educada. O que acontece é que, em sua grande maioria, as nossas escolas ainda são incapazes de motivar, de desenvolver os nossos alunos. Além das péssimas condições físicas que muitas escolas apresentaram, e da crônica falta de material es-

Santo. A cada dia que passa mais pessoas passam a compreender que a educação é o melhor investimento que se pode fazer, pois é com ela que se forma o cidadão e consequentemente a nacionalidade. Mas para isso são necessários recursos consideráveis, tornando fundamental que a área seja realmente para prioridade. Mas o desafio é muito grande e ainda temos muito a conquistar.

O que o senhor quer dizer concretamente com isso?

— Para se ter uma idéia do nível do ensino praticado no Brasil atualmente, a Secretaria da Educação de Minas fez uma avaliação das provas aplicadas entre a 5ª e a 8ª séries. A conclusão foi de que, se fosse exigida a no-

A educação
na ponta
do lápis

Mensalidade sobe acima dos índices

As mensalidades das escolas particulares sofreram aumentos acumulados, de janeiro a novembro deste ano, superiores a indicadores de preços como o INPC, IPC ou o IGP da Fundação Getúlio Vargas, o qual indicou a maior variação percentual no período indicado. As famílias capixabas tiveram que arcar com acréscimos beirando os dois mil por cento, sem contar o elenco de gastos paralelos necessários para manter uma criança na escola.

Uma consulta feita junto a pais de alunos da rede privada revelou que gasta-se algo em torno de CR\$ 10 mil mensais por criança com lanche, condução, uniforme, material didático e extras. Reinaldo Landes, vice-presidente da Assopaes (Associação de Pais e Alunos das Escolas do Espírito Santo) informa que nos cálculos da entidade, para cada cruzeiro real gasto com prestações escolares, depende-se outro para garantir a frequência do aluno em sala de aula. Segundo ele, além da crise da escola pública, que puxa os preços das particulares para cima, a legislação permite abusos. Só duas partes dos interessados têm voz de decisão na composição de preços — o sindicato das escolas particulares e o dos professores. Os pais só são ouvidos quando do cálculo dos valores da matrícula. Mas falta organização dos pais para reivindicar e, em caso extremo, impugnar a decisão unilateral.

com alunos na formação e reciclagem dos professores que, conforme suas palavras, precisam receber salários dignos.

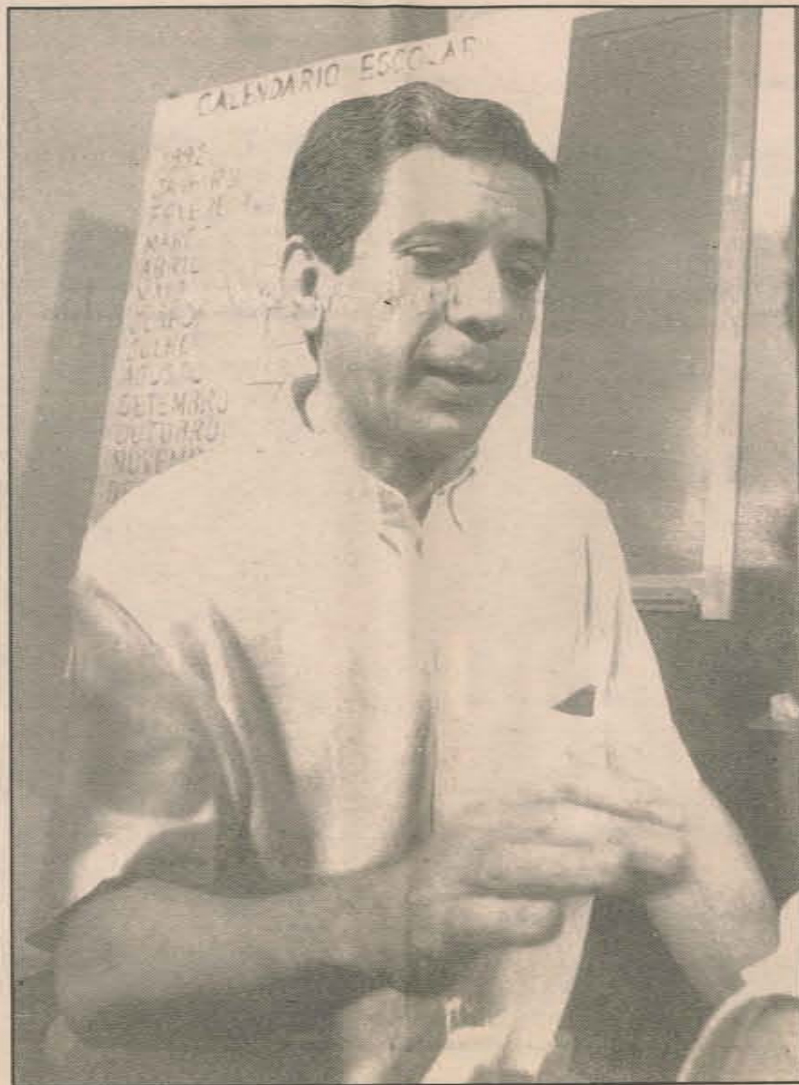
Secretário, inicialmente faça por favor um perfil da situação educacional no Espírito Santo.

— Para falar sobre a educação no Espírito Santo é necessário falar sobre a educação no Brasil. De maneira geral, a educação no Brasil acumulou um atraso de quase 30 anos. Nas últimas três décadas, os investimentos no setor foram caindo, o salário dos professores foi se deteriorando, as instalações físicas foram se degradando, não se investiu muito em construção de escolas. Todo esse quadro acumulou uma série de carências. No Espírito Santo isso não foi diferente.

O que vem sendo feito para recuperar esse tempo perdido?

— A partir de 1989 o Estado passou a investir um pouco mais em educação, até por força da nova Constituição, que prevê a aplicação de no mínimo 25% do orçamento em educação e, então, o quadro começou a melhorar. Mesmo assim,

isso é uma demonstração de que a família realmente valoriza a educação, insiste em manter seus filhos na escola,



Saturnino diz que a situação não é só capixaba, mas brasileira

isso é uma demonstração de que a família realmente valoriza a educação, insiste em manter seus filhos na escola,

a 8ª série. A conclusão foi de que, se fosse exigida a nota mínima de cinco (50% de aproveitamento), 80% dos alunos seriam reprovados. Isso em Português, porque em Matemática esse índice alcança quase 98% dos alunos. Isso é um atestado de que o resultado da educação praticada no Brasil ainda deixa muito a desejar. As crianças simplesmente não estão aprendendo.

— Que fazer?

De quem é a culpa, então?

— É culpa de um sistema que foi montado quando a sociedade brasileira como um todo não valorizava muito o ensino. De uns anos para cá é que estamos notando, não só no Brasil mas em nível mundial, uma certa consciência de que a educação é fundamental para o desenvolvimento e para a justiça social. A partir daí nós teremos dias melhores para o setor, como já começa a acontecer nacionalmente e, como reflexo, também no Espírito

— Em primeiro lugar, os investimentos destinados ao setor têm que se dirigir prioritariamente para melhorar a qualidade no ensino oferecido na sala de aula. Isso passa inicialmente por uma melhoria substancial nos salários, pois atualmente ninguém mais quer ser professor de Matemática, de Química, devido aos baixos salários. Além disso, têm que ser melhorados os cursos de graduação e capacitar os atuais professores para o que é necessária a colaboração da Universidade. Outra preocupação deve se dotar a escola de material didático-pedagógico. Está provado que não existe aprendizado sem livro. Com livro, o aluno aprende mais.

AJ 023 56-3

Vitória (ES), terça-feira, 30 de novembro de 1993

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Página 3

Ensino reflete o que a elite determina



A educação
na ponta
do lápis

O abandono a que a rede pública de ensino está relegada reflete a relevância que, de fato, as elites controladoras atribuem à educação, argumenta Zélia Lóss. Para descrever o que classifica de caos, a educadora enumera um elenco de componentes, amarrados pela ausência de uma política capaz de capitanear um verdadeiro projeto de educação para o Estado.

O sistema inicia pelo cargo de secretário da Educação, ocupado por um político que, até então, não esboçou qualquer proposta de projeto educacional. Continua com a inadequação de rede pública, menor dimensionada que o necessário, malconstruída e malconservada. Com 20 anos de experiência no magistério, tendo trabalhado em todos os níveis de ensino, Zélia Lóss testemunha que estar em uma sala de aula de escola pública é depressivo. Desestimulador. Acrescenta que, como forma de sobrevivência, é uma das piores atividades, afugentando os mais qualificados e desestimulando quem fica por falta de opção.

Há, ainda, a deficiência pedagógica, calcada na má qualificação dos docentes, na falta de autonomia das direções e na ausência de controle do trabalho. O único que ocorre é o da aprovação ou reprovação dos alunos. Mas a culpa não é dos profissionais, explica a professora da Ufes.

O tiro de misericórdia no ensino brasileiro foi dado pela Lei 5.692/72 (Lei de Diretrizes e Ba-



Foto Valter Monteiro

Deficiência pedagógica, má qualificação dos docentes, falta de autonomia, entre outros, afetam profundamente a qualidade do ensino básico

Matemática, os livros de Luciano

A partir da elaboração de apostilas específicas de Matemática para o Centro Educacional Leonardo da Vinci, o professor Luciano Machado Couto vem aperfeiçoando material que será transformado em quatro volumes de livros didáticos de 1ª a 4ª série, pela editora Moderna, de São Paulo. Os lançamentos estão previstos para 1995. O material para a 1ª e 2ª séries já está em fase de análise na editora e o da 3ª série está sendo redigido pelo matemático, formado pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

O professor explica que o novo material didático mistura diversas metodologias. No entanto, a base teórica é a do filósofo Jean Piaget. "Eu procuro destacar alguns conteúdos principais, como o sistema de numerações, resoluções e problemas, as quatro operações, aliando todo o programa oficial". O grande objetivo de Luciano é estimular o raciocínio do aluno, que, para ele, não precisa passar necessariamente por cálculos explícitos.

O matemático afirma que as diferenças básicas entre o material que está preparando, dos livros didáticos disponíveis no mercado, são o enfoque matemático, os exercícios que estimular o raciocínio, associados aos vários conteúdos. Isto significa que o método não prioriza repetições, fórmulas, muito menos o mecanicismo habitual dos livros de Matemática. Além dos exercícios-problemas, que desafiam o aluno, Luciano também descreve conceitos teóricos, usando perguntas relativas ao assunto abordado para sugerir que a criança construa o seu conhecimento.

"Eu tento fazer uma repescagem constante dos conteúdos. Nos blocos de dever de casa, os alunos fazem uma revisão de tudo o que foi dado e acabam estudando a matéria toda". Além disso, o professor também coloca problemas com diversos graus de dificuldade para o aluno resolver.

5.692/72 (Lei de Diretrizes e Bases). Tentou fazer, por decreto, o que a sociedade não pode fazer sob pena de se destruir — impor o ensino profissionalizante generalizado. É uma tarefa destrutiva porque a escola pública apesar das contradições históricas, se estruturava com currículos diferenciados, lembra Zélia Lóss. Assim, detinha projetos específicos bem-elaborados. O Instituto de Educação, por exemplo, dedicava-se exclusivamente à formação de professores. Tinha, inclusive, dotação orçamentária própria. Obrigada por lei a ser profissionalizante, dedicando-se a uma missão fora de sua competência, sofreu uma brutal perda de qualidade, hoje na tentativa de reversão.

Uma ruptura semelhante começa a despontar no ensino de terceiro grau, adverte Zélia Lóss. Segundo ela, a reforma implantada em 1968, pela Lei 5.540, previu, no seu bojo, a expansão da universidade, a qual vem comprometendo a qualidade. Tal como ocorreu no ensino de primeiro e segundo graus, o Governo federal pretende se desencilhar da educação universitária. O primeiro sintoma, segundo dignóstico da educadora, é o discurso de estadualização, do sucateamento e da conseqüente privatização.

Outra dificuldade apontada pela professora reside no círculo vicioso da relação clientela/poder público. As categorias mais exigentes foram afugentadas para a rede pública. Os dirigentes não acenam com vontade política de reversão do caos apontado e a clientela que sobra não reivindica, por sua própria condição de subordinação. A perspectiva de mudança, com vistas a investimentos em, pelo menos, uma alfabetização bem feita e generalizada, está na demanda crescente por uma mão-de-obra mais educada.

Bases da década de 30 persistem

A crença de escola como formadora de elites intelectuais tem modelado o perfil da educação brasileira, segundo observa Ailse Romanelli. Ainda hoje predominam as bases lançadas na década de 30, apregoando a tradição seletiva e o senso comum na prática pedagógica. Ocupando o cargo de membro do Conselho Estadual de Educação, a professora admite que, apesar do movimento democratizante do ensino, prevalecem valores elitistas, onde evasão e reprovação não representam fracasso, mas indicam que a escola cumpre seu papel de selecionadora de talentos, com vistas a renovação dos quadros dirigentes do país.

Romanelli cita dois momentos cruciais na formação dos princípios que até hoje regem as práticas educacionais. A Lei Francisco Campos, da década de 30, foi a primeira tentativa de sistematização. Baseada em currículos enciclopédicos e na seletividade, assegurada graças a um minucioso sistema de avaliação, se propunha a conter a ascensão de categorias sociais emergentes, ameaçadoras da aristocracia rural. Esses mesmos princípios foram consolidados na chamada Reforma Capanema (1942). Ela preservava o rigor no sistema de avaliação e pregava uma didática apoiada na transferência automática de habilidades. Acreditava no fortalecimento da memória mediante a recitação de longas listagens de datas históricas, eventos, acidentes geográficos,

assim como na dificuldade no aprendizado da matemática como exercício da mente para desenvolver o raciocínio.

Em sua tese intitulada "O Currículo Oculto e sua Influência sobre o Rendimento Escolar, Alise Romanelli pôde comprovar a vigência de procedimentos ao estilo Campos e Capanema. Embora o currículo oficial observado apresentasse como proposta o desenvolvimento das estruturas mentais e o qualitativo na aprendizagem, não chegou a ser absorvido pelos docentes. Nunca foi integrado às rotinas escolares. O ensino, baseado exclusivamente no livro-texto de vários autores, cada um com sua visão de mundo, produzia um conhecimento fragmentado e contraditório. Somando-se tais fatores aos critérios de avaliação uniformizados, exigindo respostas padronizadas, o resultado levava à limitação da participação e à passividade.

Assim, explica a professora, o processo de aquisição do conhecimento fica na dependência das condições pessoais do aluno e na sua disposição de aprender. Ao professor, sem apoio pedagógico e mal-preparado, cabe administrar o conteúdo e cobrar, rigorosamente, os resultados. Mesmo acreditando em uma escola renovadora, os professores analisados não sabem como operacionalizar didáticas pedagógicas para atingir tal situação. Desse modo, acabam por manter uma prática conservadora e repressiva.

Falta de autonomia afeta as escolas

A falta de autonomia dos administradores das escolas públicas para buscarem recursos por conta própria e tomarem decisões mais rápidas para melhorar a educação, inclusive com a demissão de professores sem qualificação profissional, e a demora de se conseguir reposição de material didático, devido à burocracia do Estado, são motivos que emperram a qualidade do ensino público, segundo diretores de escolas.

"Se contrato um professor sem capacidade, posso demiti-lo a qualquer hora; na área pública o diretor não pode se livrar de um professor ruim, pois existe a estabilidade", argumentou o diretor do Colégio Americano, Darli Baiense Moreira. No entender do vice-diretor do Salesiano, Adelino Quinamor Ferreira, o problema da baixa qualidade do ensino reside também na forma de administração: "A escola particular é uma empresa que visa ao lucro, e como tal deveria seguir a pública".

Como não têm liberdade para buscar recursos junto às empresas, os diretores das escolas públicas ficam com as mãos atadas, esperando apenas a liberação de verbas do Governo. "O que, aliás, é muito pouco, especialmente para manter uma escola do porte do Estadual de Vitória", esclareceu o diretor Jorge Regatiere, que teve de se contentar com CR\$ 341 mil, repassados trimestralmente. "Metade da verba foi gasta para consertar máquina de escrever e de calcular", disse.

Reciclagem

Já nas escolas particulares não há problema de dinheiro. Seus diretores têm uma visão de que, além de investir na formação do professor através de cursos de reciclagem, precisam sempre acompanhar o processo tecnológico e educacional. É comum encontrar televisão, vídeos e computadores em sala

de aula. "É uma forma de fazer um ensino de qualidade", atesta Adelino Quinamor. Encontrar esses materiais na escola pública é um sonho, admite Jorge Regatiere, que acrescenta: "O último curso de reciclagem dado pelo Governo aconteceu há 10 anos e, hoje, poucos são os professores que continuam dando aulas".

A inexistência de curso de atualização, aliada à falta de recursos, impede o nivelamento do ensino entre as escolas pública e privada, reconhece o diretor do Colégio Maria Ortiz, Milton Saliba. Mas, segundo ele, ainda existem professores capacitados dando aula no Estado, e a grande "diferença entre as escolas reside nos salários. Enquanto os professores da rede privada têm aumentos mensais, de acordo com a inflação, os da rede pública recebem salários nem sempre condizentes com a realidade".

Ingerência

O Estado, segundo o diretor do Colégio Americano, Darli Baiense, não tem como fazer quase nada pelos professores, pois qualquer reajuste salarial "estoura" a folha de pagamento. E o motivo é simples: "A classe do magistério está inchada, e a solução é transferir parte da responsabilidade para os municípios, para que possam prover recursos de acordo com a necessidade de cada escola". E adianta: "A estrutura de comando da escola particular é básico para o desenvolvimento da educação, isso porque a ingerência político-partidária dentro da rede pública compromete a qualidade do ensino". O que não ocorre com as escolas privadas. "Há um processo educacional e administrativo eficiente, uma rede física que proporciona bem-estar ao aluno, inclusive com práticas esportivas, educadores qualificados e ainda a incorporação de novas tecnologias ao ensino", frisou o vice-diretor do Salesiano, Adelino Quinamor.

AJ02356-4

'Novo currículo mantém as contradições'

Com a intenção de elevar o padrão de ensino e de entender melhor o aluno, a Secretaria da Educação vem implantando uma nova proposta curricular no Espírito Santo. Marilene Pascale Viola, chefe do Departamento de Apoio Técnico e Pedagógico da Secretaria, acentua que o objetivo central da proposta desenvolvida há dois anos é instrumentalizar os professores na sua missão de formar cidadãos. Para Zélia Judith Lóss, professora da Ufes, o currículo em pauta mantém as contradições dos anteriores.

O programa de reformulação foi iniciado em 1986 e contou com a participação de mais de 700 profissionais e técnicos, explica Marilene Viola. A elaboração partiu de pesquisas de campo junto a professores e alunos sob a forma de questionários, seminários e debates nos vários Núcleos Regionais de Ensino do Espírito Santo. Entre as mudanças implantadas, a orientadora educacional destaca uma visão mais otimista do ensino, até então baseado no insucesso. Ela reconhece, porém, que o currículo oferece apenas uma idéia de conteúdos a serem explorados. O fundamental, segundo sua avaliação, é a formação de professores, material didático-pedagógico eficiente e, sobretudo, vontade de trabalhar.

Na avaliação de Zélia Lóss, que participou da elaboração da proposta na área da biologia, o currículo traz todos os equívocos impregnados no sistema público de ensino. É simplista porque confunde o conjunto de atividades educacionais que a escola encerra (aí incluídos salários, instalações, entre outros componentes), com uma lista de matérias que o professor tem que ensinar. Para a educadora, mestre na matéria pela Unicamp, uma proposta curricular só pode ser efetiva se elaborada no seio de um movimento renovador. Uma vez editado, vira norma, padrão. O que deve contar é o processo de elaboração, a constante discussão e não uma listagem acabada, como a que se apresenta.



Marilene diz que a nova proposta quer elevar o padrão de ensino e atender os alunos com qualidade

A educação na ponta do lápis

Nossa população de estudantes

As estatísticas mais recentes da Secretaria de Educação revelam que em 1992 havia no Espírito Santo 595.335 alunos matriculados no 1º grau, sendo 489.258 na área urbana e 110.077 na zona rural. Quanto ao 2º grau, o total era de 93.218 — sendo 90.300 na cidade e 3.018 no campo.

Os números mostram, com relação ao 1º grau, que a rede pública estadual tinha matriculados 432.309 alunos — 343.950 na área urbana e 88.359 na zona rural. Na mesma época, as escolas municipais tinham 116.989 alunos, dos quais 96.940 na cidade e 20.049 no campo. Por sua vez, as escolas particulares tinham 49.734 alunos, sendo 48.065 nas zonas urbanas do Estado e 1.669 nas áreas rurais. Finalmente, a

rede pública federal tinha apenas 303 alunos matriculados no 1º grau, todos na cidade.

Também no que se refere ao 2º grau, a rede pública estadual predomina. Os alunos nela matriculados em 1992 somavam 64.247 — 62.782 na cidade e 1.465 na área rural. Ao contrário do que acontece no 1º grau, o número de alunos matriculados nas escolas particulares no 2º grau é maior do que o número de matriculados nas escolas municipais: 16.297 contra 7.928. No caso das escolas particulares, 15.817 estão na área urbana e 480 na zona rural. Quanto às escolas municipais, 7.834 de seus alunos estão na cidade e apenas 94 no campo. Já as escolas federais de 2º grau, têm 4.846 alunos, sendo 3.867 na cidade e 979 no campo.

Sindiupes culpa os salários pela crise

É praticamente impossível o Estado se desenvolver diante do quadro deprimido em que se encontra a educação pública, com professores mal remunerados, escolas depredadas e sem condições de trabalho, falta de material didático e de boas bibliotecas e a grande evasão escolar". A opinião é do presidente do Sindiupes, Arthur Viana, para quem o Governo é o grande culpado pelo caos do ensino, pois "não aplica sequer os 25% do orçamento".

Segundo Viana, a desculpa do Governo por investir tão pouco é que a crise no ensino não é apenas regional, mas nacional. Ele frisou que desde 1980 a qualidade do ensino vem caindo e a rede física se deteriorando. "Depende apenas de vontade política para resolver o problema da educação no Estado. Basta priorizá-la, o que não acontece", frisou.

Salário

Viana disse que a baixa qualidade do ensino resulta da questão salarial. "O que pago é um desrespeito para com o profissional. Há municípios que não pagam sequer um salário mínimo", afirmou. Um professor em início de carreira, o MAP1, ganhou no último mês de

outubro pouco mais de CR\$ 19 mil, "o que é um desastre para sua sobrevivência". A própria formação profissional na universidade, segundo ele, é das piores, o que está afastando o professor da sala de aula. "Eles saem da Ufes sem nenhuma criticidade e sem noção do que vão encontrar na escola pública", disse. Há ainda os profissionais recém-formados de outras áreas que vão dar aulas apenas como um bico, sem compromisso com a qualidade do ensino. "Imagine que são esses profissionais que irão formar os novos professores. É uma calamidade", reconhece Arthur Viana.

O Estado, segundo o presidente do Sindiupes, não tem interesse em investir na capacitação dos professores, que deveria ser feito anualmente para os quase 25 mil docentes. "É fundamental que eles se atualizem, pois muitos só lêem jornal aos domingos, quando sobra dinheiro". Arthur Viana admite que a formação de bons profissionais ficou difícil, porque "o Governo não dá apoio, o acesso aos cursos de pós-graduação da universidade é restrito e o investimento individual do professor não existe".

Para Viana, a falta de material nas escolas e salas superlotadas desmotiva tanto o aluno quanto o professor. Não é difícil encontrar turmas no início de alfabetização de 50 alunos, quando o certo, segundo ele, seria de 25. Por outro lado, o ideal seria que todas as escolas pudessem ter, pelo menos, giz e quadro negro. "Em muitas delas nem quadro tem, quanto mais bons livros didáticos para proporcionar aos alunos uma aprendizagem eficiente", frisou Viana, acrescentando que "é um trabalho subumano ao qual os professores estão submetidos". Ele cita ainda a falta de merenda e as péssimas instalações elétricas na maioria das escolas da rede estadual, e avisa: "Ou o Governo elabora um plano urgente para a educação ou será obrigado a fechar as três mil escolas que se encontram sob sua responsabilidade".



Concurso para 4,4 mil vagas

Para diminuir a falta de professores, a Secretaria de Educação publicou edital anunciando a realização de concurso público que oferece 4.438 vagas para o Magistério, sendo 855 de professores MaPA (1ª a 4ª série do 1º grau), 2.651 de MaPB (5ª a 8ª), 645 de MaPC (2º grau), 257 de MaPD (técnicos, coordenadores e orientadores) e 30 MaPE (técnicos da Secretaria).

Iniciada em 22 de novembro, a inscrição vai até o dia 3 de dezembro e poderá ser feita em Vitória, Cachoeiro, Colatina, Linhares e Nova Venécia em locais especificados no edital. Os aprovados deverão assumir suas funções no início do ano letivo de 1994.

Segundo a subsecretária para Assuntos Pedagógicos, Marisa Bonomo, "o concurso com certeza minimizará a carência de professores na rede estadual. Porém, a falta de profissionais de educação habilitados para determinadas disciplinas, como Matemática, Física, Química, Biologia e as específicas do currículo de cursos profissionalizantes de nível impossibilitará o provimento de cargos relativos a essas áreas".

Na opinião de Marisa Bonomo, o problema dessas matérias e cursos "poderá ser solucionado, em parte, com a expansão do número de vagas e de cursos nas instituições de ensino superior, que são as agências formadoras de professores para atuarem no Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e no Ensino Médio".

Nesse sentido, a Sedu vem discutindo com a Universidade alternativas para viabilizar a interiorização daquela instituição de ensino superior. Também em parceria com a Ufes, terá início o curso de complementação pedagógica, para os profissionais portadores de curso superior em outras áreas e que estejam atuando como professores da rede estadual, de forma que eles possam ingressar na carreira do Magistério através de concurso público.

O mais recente concurso realizado para investimentos em cargos do magistério na rede pública ocorreu em 1988, sendo que a chamada relativa aconteceu em outubro de 1991.

Para suprir os cargos não preenchidos pelo concurso bem como os cargos de professores titulares afastados nos moldes previstos em lei, foram admitidos professores mediante designação temporária, como autoriza a Constituição Federal.

Nossos professores

O professor que dá aula no ensino fundamental da rede pública capixaba tem idade média de 33,5 anos e em sua grande maioria é do sexo feminino — 89,8% contra 10,2% do sexo masculino.

Com um grau de mobilização considerado alto, 50,1% são associados ao sindicato da categoria. Mas 65,4% costumam participar das atividades sindicais, principalmente em épocas de movimentos reivindicatórios. Em nível de movimen-

tos comunitários, 47,3% participam em grau variável, sendo mais expressiva no interior, zona rural.

Em termos de formação, 48,9% têm curso superior, 48,5% curso de nível médio e 2,6% não completaram o nível médio de educação. A média de horas que o magistério da rede pública do Espírito Santo frequentou, para capacitação, é de 76 horas, sendo que os professores na zona rural têm maior número de horas que os da área urbana.

A educação na ponta do lápis

A realidade dos salários

Níveis	Salário inicial	
	novembro (CR\$)	dezembro (CR\$)
MAP1	26.279,79	49.811,06
MAP2 (magistério mais o adicional)	28.422,42	53.875,64
MAP3 (licenciatura curta)	31.974,60	60.602,77
MAP4 (licenciatura plena)	37.404,59	70.890,67
MAP5 (Pós-graduação)	43.758,08	82.939,07
MAP6 (Mestrado)	51.190,77	97.026,96
MAP7 (Doutorado)	59.885,96	113.507,85

Índice de analfabetismo ainda é grande

A pesar dos investimentos em programas de alfabetização feitos ao longo dos anos pelo poder público, pela iniciativa privada e por entidades de classe, o número de analfabetos ainda é grande no Espírito Santo.

Dados relativos a 1989 (os mais recentes disponíveis na Secretaria da Educação) registram a existência de 417.877 pessoas ainda não alfabetizadas (20% da população na época), das quais 303.802 (72,7%) com idade igual ou superior a 15 anos e 114.075 (27,3%) entre sete e 14 anos.

Isso mostra que os programas de combate ao analfabetismo no Estado, embora numerosos, não têm conseguido superar o problema, como aliás também acontece em nível nacional. Na década de 70 foi criado o Mobral, posteriormente substituído pela Fundação Educar, cujas atividades começaram em 1985 e terminaram em 1990.

Nesse ano, com a extinção da Fundação Educar, os municípios anteriormente ligados àquela instituição ficaram desassistidos em seu trabalho pedagógico, porquanto a rede estadual atendia timidamente à população adulta analfabeta e àquela que ainda não havia concluído as quatro primeiras séries de ensino fundamental.

A partir de 1992, a situação mudou. Segundo a coordenadora da Sedu para a Educação de Jovens e Adultos, Eurides Sepulcri, o atendimento a essa clientela passou a ser feito pela secretaria, através do Projeto "Todos Podem Ler", que consiste em cursos de alfabetização e pós-alfabetização coordenados pelo Departamento de Apoio Técnico e Pedagógico nos 71 municípios capixabas. O objetivo do projeto é reduzir em 20% a taxa de analfabetismo no Estado, proporcionando no mínimo três anos de estudos a adultos e jovens com 15 anos ou mais.

Atualmente são mantidas pela secretaria, nos 71 municípios do Espírito Santo, 1.118 classes de alfabetização de jovens e adultos nas escolas da rede pública estadual, com 27.795 alunos.

O acompanhamento do projeto em nível de município é realizado pelos técnicos responsáveis pela Educação de Adultos localizados nos subnúcleos da Educação. Esses técnicos recebem orientação da equipe central da Sedu para o assunto, através de encontros mensais onde há troca de experiências e discussão sobre os conceitos sociais



A educação na ponta do lápis

e culturais afetos à formação do alfabetizador de adultos.

Além do atendimento à rede oficial de ensino, a secretaria tem convênios firmados com diversas empresas e entidades para alfabetizar empregados da mão-de-obra não qualificada. São duas horas de aula ministradas durante o horário de trabalho na Encol, Cesan, Preserval, Inbrac, Eluma Conexões, Labor, Prodest, Carboindustrial e Sindicato da Construção Civil.

Nesses casos, a Sedu contrata o professor através de Designação Temporária, realizada o acompanhamento ao projeto através do Subnúcleo de Educação e a empresa oferece o espaço físico para atendimento. Esses convênios têm permitido frequência de 700 alunos em 32 salas de aula. Algumas empresas, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão e a Aracruz Celulose, bancam inteiramente os programas de alfabetização que desenvolvem entre seus empregados.

Sem educação, trabalhador está ficando marginalizado

Em tempos de qualidade total, a sociedade exige um trabalhador mais bem educado. Daí a constante denúncia sobre a desqualificação do ensino, estampada com frequência nos meios de comunicação. Hoje, as elites estão incomodadas com a falta de educação em trabalhadores, analisa Zélia Lóss, professora de biologia da Ufes e mestre em educação pela Unicamp. Ela alerta para o risco de marginalização da mão-de-obra que a sociedade automatizada tende a enfrentar, caso não encontre caminhos alternativos para seus projetos de desenvolvimento econômico.

A professora constata a preocupação da classe empresarial com a qualidade da mão-de-obra disponível. Se até um passado recente a desqualificação cumpriu o papel de reduzir a composição dos custos dos produtos, hoje o empresário passa a investir na educação. Isso porque, em tempos de qualidade total, é preciso que o trabalhador seja mais bem educado. Na medida em que a preocupação das elites está ligada ao mundo do trabalho, a tendência é sua qualificação. Daí o grande dilema de um futuro próximo, prevê Lóss. Pois, se de um lado o trabalhador passa a ter uma formação mais com-

plexa para atender às demandas de um mercado mais exigente, a própria automação diminui a oferta de ocupação. Portanto, a tendência é sobrar mão-de-obra.

A solução apontada por Zélia Lóss é a busca do caminho ideal entre as novas tecnologias e as técnicas alternativas. Incorporar processos para os quais não se tem adequação talvez não seja a solução adequada. Só a busca de novos rumos evitará que, após todo o empenho para recuperar o enorme atraso na educação, se chegue lá com hordas de desempregados.

AJ02356-7

Estado diz que aplica mais do que deve

Para reverter o quadro de abandono a que a educação estava relegada, a Constituição de 1988 definiu em 25% do orçamento de cada Estado o mínimo que deveria ser aplicado no setor.

Mas o Governo do Espírito Santo tem ido além. Desde 1991, a dotação para a área educacional tem estado acima desse patamar e vem aumentando progressivamente, de forma que essa participação em 1994 chegue a 30%, só na rubrica de manutenção e desenvolvimento. Se forem consideradas outras despesas que não constam dessa rubrica (merenda escolar, transporte escolar, pagamento de professores inativos etc), o percentual é bem maior, chegando a quase 36% do orçamento.

Esse esforço governamental tem se destinado principalmente para melhorar o salário dos professores, embora o secretário de Educação reconheça que ainda não se atingiram os níveis ideais, "como atestam os 109 dias de greve que se registraram em 1993".

Mesmo assim, ele entende que a melhoria alcançada foi expressiva a partir de 1992, quando as perdas salariais foram inteiramente recuperadas até dezembro. "Neste ano, com a queda na receita, houve uma degradação salarial, a greve foi deflagrada, mas já estamos recuperando todas as perdas, o que deverá estar concluído em dezembro. A partir de janeiro do ano que vem, serão dados ganhos reais de seis por cento além da inflação, de tal forma que em março o salário dos professores seja igual ao salário do Dieese proporcional à jornada de 25 horas semanais.

De acordo com Saturnino Mauro, nenhum Estado brasileiro teve ainda coragem de atingir esse piso. "Isso é muito importante porque, atingido esse piso, estaremos fazendo uma



conquista histórica para a educação no Estado, motivando melhor os nossos professores", disse o secretário.

No mês de outubro, o Governo deu um reajuste de 27% e em novembro, de 30%. Em dezembro, vem a trimestralidade, que é normal. Em outubro o salário inicial de um professor de 1º grau foi de CR\$ 19.743 correspondente a uma jornada de 25 horas semanais. De acordo com o titular da pasta, "é um salário acima da média nacional, que estava em torno de CR\$ 16.000,00. Nenhum Estado está pagando muito mais do que isso. Os poucos Estados

que ultrapassaram esse patamar pagaram muito pouco além dessa quantia", afirma o secretário.

Ao reconhecer que esses números ainda estão bem abaixo do desejável, Saturnino Mauro culpa o quadro recessivo e inflacionário como obstáculo para que o Governo possa pagar melhores salários. "Embora o Governo aumente o percentual aplicado, esse esforço acaba anulado pela recessão que diminui a arrecadação e pela inflação, que desvaloriza a moeda. Mas nossa parte está sendo feita", consola-se o secretário.

Banco Mundial põe dinheiro no ensino dos pré-escolares

Com o objetivo de elevar a qualidade do ensino fundamental, de modo a reduzir os índices de evasão e repetência, a Secretaria de Educação assinou com o Banco Mundial convênio no valor de US\$ 44 milhões, dos quais US\$ 20 milhões deverão ser financiados por aquela instituição internacional, cabendo ao Governo do Estado e às prefeituras, respectivamente, 37,93% e 15,39% do montante.

Objetivando ainda aumentar o atendimento educacional aos pré-escolares de quatro a seis anos de famílias de baixa renda, esse convênio abrange onze municípios capixabas: Vitória, Serra, Vila Velha, Viana, Cariacica, Linhares, São Mateus, Nova Venécia, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz e Colatina.

Segundo o coordenador-geral do projeto, Antônio Caetano Gomes, esses municípios foram selecionados em função de quatro fatores: concentração populacional (64,22% dos habitantes do Estado e 61,67% das crianças de quatro a seis anos); concentração de matrículas nas duas séries iniciais; concentração de perdas nas séries iniciais e existência de áreas periféricas urbanas caracterizadas por concentração e formação de bolsões de pobreza.

O projeto se destina a apoiar a implementação do bloco único e a expandir o atendimento educacional ao pré-escolar, com o propósito de corrigir deficiências que, de forma crônica, têm se constituído em problema básico do ensino público. Conforme o coordenador do projeto, "é sobretudo nas séries iniciais que, historicamente, têm-se realizado os mais baixos indicado-

res de qualidade da escolarização, os quais têm significativo peso nos índices de produtividade".

Em 1991, a matrícula no ensino fundamental alcançou 573.560 alunos (90% da população entre sete e 14 anos), sendo 516.262 em estabelecimentos oficiais (federais, estaduais e municipais). No entanto, o esforço em garantir o acesso à educação fica comprometido na medida em que a taxa de escolarização obtida não é suficiente para assegurar a permanência das crianças na escola até a conclusão do curso.

Ao assinar o convênio com o Banco Mundial a Sedu levou em conta que o baixo desempenho do sistema educacional incide, principalmente, sobre o início da escolarização, acreditando que "todo o ganho que se obtiver nesse segmento favorecerá a aprendizagem das crianças nas séries iniciais. Tal evidência se redobra em se tratando de crianças pertencentes a famílias marginalizadas, visto que para esses grupos a frequência à pré-escola é condição decisiva para a aprendizagem".

O projeto que está sendo implementado representa uma primeira etapa de fortalecimento do financiamento da educação. A expectativa de sua coordenação é a de alcançar, num segundo momento, os demais municípios, cuja problemática educacional possui menor peso. Além disso, a experiência que se acumulará — especialmente através do estudo de padrões mínimos de funcionamento das escolas, que atinge todo o Estado — vai gerar um conjunto de informações quantitativas e qualitativas que sustentarão a formulação de novos projetos para financiamento do Banco Mundial.

A educação na ponta do lápis

AMPLIE SEUS CONHECIMENTOS

>>> LENDO <<<

Bloco único altera perfil do currículo



A educação na ponta do lápis

Alphabetização das crianças nas séries iniciais está mudando de perfil na rede pública. Com os elevados índices de repetência e evasão, em função da má qualidade do ensino, foi criado o chamado bloco único na rede municipal de Vitória, a exemplo de outros Estados, como São Paulo. Acabando com a seriação, a criança passou a ter um prazo maior para se alfabetizar, sem temer o monstro da repetência. No entanto, a coordenadora do bloco único da Secretaria Municipal de Educação de Vitória, Élide Maria Fioret, alerta que o objetivo não é só acabar com a evasão e seriação e sim buscar qualidade da alfabetização.

A mudança foi radical. Ao invés do antigo método que priorizava a forma mecânica de aprendizagem, foi adotado o construtivismo. Com isso, a avaliação não é mais feita através de provas e notas, e os próprios professores tiveram que passar por reciclagens e até mudar de postura para estimular o aluno a "construir o conhecimento".

Interação

Embasado na teoria do filósofo Jean Piaget, da psicolinguística e pesquisadora Emília Ferreira e do russo L.S. Vigotski, o bloco único introduziu novidades, como a forma interdisciplinar de ensino, o diálogo e interação entre professor e aluno, a introdução mais recente da arte-educação e das línguas estrangeiras, como apoio das matérias curriculares obrigatórias.

Implantado há três anos, para as duas séries iniciais, hoje o bloco único foi estendido para a antiga 3ª série, abrangendo 6.198 alunos e 267 professores da rede municipal. Élide Fioret explica que a proposta para o próximo ano é de intensificar a frente de trabalho para a 3ª série e o processo de leitura e escrita na pré-escola, permitindo que a criança tenha melhor preparação no período que antecede o bloco único.

Para a orientadora é preciso avaliar o tempo gasto com dobraduras, jogos e outras brincadeiras e dar preferência à leitura e escrita no pré. Também está sendo preparado um documento chamado diretrizes curriculares da rede municipal, que dará orientações aos

professores sobre os conteúdos e objetivos do bloco. Os critérios para promoção de alunos para a 3ª série também estão sendo revistos e preparados em documento.

Como não existe mais nota, a avaliação é feita através de fichas bimestrais, com avaliações diárias. Os critérios de promoção do aluno para a 3ª série, em português, é verificar se a criança aprendeu a ler e a escrever. Na matemática, o aluno tem que resolver questões de adição, subtração, compreender a base do sistema numérico, problemas não-convencionais e ter conceitos de espaço e tempo, além de noções básicas de frações.

O novo sistema vem enfrentando dificuldades, principalmente por parte de alguns professores que ainda relutam em compreender as mudanças na alfabetização. Muitos não estão conseguindo se adaptar bem. A nova forma depende do desempenho do professor em sala de aula, exige domínio sobre os conteúdos, planejamento, entre outros. Porque não existe uma fórmula para ser aplicada no dia-a-dia. O aprendizado da escrita, por exemplo, não se restringe ao alfabeto em si. Ela entra na aula nas diferentes funções que tem na sociedade. Portanto, pode ser introduzida através de jornais, livros literários, receitas culinárias, poesias e até partindo da própria história de vida de algum aluno.

Os instrumentos de alfabetização são inúmeros. O mais importante é permitir o contato da criança, principalmente a carente, com a língua escrita e suas adversidades, esclarece a coordenadora. Uma aula pode começar com uma simples forma de "brincar de ler". Não é preciso priorizar um texto ou uma letra. Porque qualquer texto pode ser um ponto de partida. O professor passa a ser o mediador entre a criança e a linguagem.

A coordenadora afirma que os resultados do bloco único estão sendo avaliados, incluindo os equívocos cometidos por muitos professores. Alguns se perderam no processo, achando que a criança poderia escolher conteúdos e fazer o que bem entendesse em sala de aula, quando, na realidade, a situação não é bem esta. O diálogo e a interação fazem parte do processo, mas o professor tem que estar atento para não perder as rédeas.



A experiência que ajudou em Jaguaré

O período de crise social e econômica que atinge o país exige esforços para a consolidação da cidadania. O sistema educacional brasileiro, de baixa qualidade e produtividade, não consegue responder a esta exigência. De cada mil crianças que ingressam na primeira série, apenas 45 concluem o ensino básico em oito anos, e mais de 18,3% da população acima de 15 anos ainda são analfabetos. Fazer uma educação que reverta este quadro é difícil, mas não impossível. O Unicef, no entanto, constatou que 15 municípios brasileiros estão fazendo com que

as crianças permaneçam na escola, progridam e aprendam. Jaguaré e Vitória foram os municípios capixabas que apresentaram progresso na educação.

O município de Jaguaré, com pouco mais de 17 mil habitantes vivendo na área rural, decidiu que a educação deveria respeitar as características agrícolas da população. Foram então implantadas as escolas comunitárias rurais, que levaram em conta a vivência, os costumes, a forma de produção, o trabalho e a relação do aluno com seu meio social.

No novo processo educacional, o tempo de formação

dos alunos compreende períodos de atividades concentradas na escola, alterando períodos de atividades desenvolvidas em casa e na comunidade, com o aluno engajado no trabalho. O aluno fica na escola em regime de semi-internato. Por uma semana, diz o documento do Unicef, dependendo do local onde mora, a criança vai à escola pela manhã e volta para casa à tarde, podendo se hospedar no colégio ou em casas cedidas pelos moradores.

Os currículos das escolas comunitárias rurais, além das disciplinas de 1º grau, incorporam matérias como zootecnia, agricultura e prática na propriedade. Em cada período, o aluno alterna uma semana de atividade na escola com uma semana em casa.

Plano Decenal já mobiliza os municípios

Para superar o fracasso do ensino público brasileiro, confirmado mundialmente na Conferência da Tailândia, realizada em 1990, pela Unicef, Unesco e Banco Mundial, onde nove países foram apontados como improdutivos na área educacional, todas as cidades brasileiras estão mobilizadas na elaboração do plano decenal de educação para todos. O objetivo é redobrar esforços para elevar a qualidade do ensino, explica Vera Lúcia Batista Castiglioni, secretária municipal de Educação da Serra.

O plano começou a ser discutido em maio deste ano, na Semana Nacional de Educação para Todos, onde foram elaboradas as diretrizes básicas para todos os Estados. A estratégia é de envolver toda a sociedade. A secretária explica que, agora, todos os municípios capixabas estão partindo para as discussões nas escolas e nas comunidades.

Metas

A ênfase está sendo dada na definição dos objetivos e metas para melhorar o nível de aprendizado; a redução da repetência e evasão; educação infantil nas creches e pré-escola; educação de jovens e ampliação da cobertura educacional.

Entre as estratégias de ação para se alcançar os objetivos estão a valorização do magistério e as inovações pedagógicas que precisam ser valorizadas, além de alianças e parcerias com órgãos públicos e empresas privadas. Vera Lúcia analisa que o plano decenal é uma esperança para a educação pública, já que os países desenvolvidos estão com interesse em investir na educação do Terceiro Mundo. "Agora, contamos com o apoio de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Unicef e a Unesco".

Mesmo assim, tudo vai depender da vontade política dos governos, dos professores e da sociedade, que precisam dar suporte às escolas para se obter um resultado mais positivo. Todos os municípios deverão entregar seus planos até hoje no Ministério da Educação. A partir daí, as secretarias estaduais também vão elaborar um documento para, depois, o MEC fazer o plano nacional.

A educação na ponta do lápis



Reformulação do ensino médio

Tendo em vista melhorar a qualidade da educação básica oferecida pela rede estadual, a Sedu tem promovido, em 1993, uma reformulação do ensino de 2º grau (curso médio) através de projetos para formação e atualização de técnicos em Educação e professores. Além disso, está sendo efetuada a revisão das propostas curriculares nas disciplinas de História, Geografia, Didática e Inglês, bem como fornecido o material didático para as escolas da rede estadual.

Está em fase de conclusão a pré-proposta curricular de Filosofia, que vem sendo elaborada por técnicos do Departamento de Apoio Técnico e Pedagógico da Sedu, professores do Departamento de Filosofia da Ufes, professores e alunos da matéria nas escolas estaduais de 2º grau e especialistas dessa área de estudos.

Representantes desses setores participaram de seminários descentralizados e, em convênio com outras instituições, foi desenvolvido um projeto de capacitação para professores de Matemática,

Português e Física — o Projeto Vitae.

Visando à integração de disciplinas afins em áreas de ensino, assim como a criação de grupos de estudo que garantam uma prática concreta e democrática de produção de conhecimentos, foi implantado o Projeto de Coordenação de Área experimentalmente em algumas escolas estaduais da Grande Vitória. Outra providência, esta em conjunto com o MEC, está sendo a transformação da Escola de 2º Grau Fernando Duarte Rabelo em Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam).

Estão sendo também experimentadas alternativas para ampliar a função da Escola Normal na perspectiva de formação, atualização e aperfeiçoamento de professores para a educação pré-escolar e para o ensino das séries iniciais do 1º Grau. O objetivo é habilitar professores para atender não só em quantidade, mas também qualitativamente a demanda do ensino de 1º grau e da Educação pré-escolar.

Segundo a coordenadora da Equipe de Ensino Médio da Sedu, Telma Teixeira Cossfler, um dos objetivos da nova Escola Normal é "funcionar como pólo permanente de reflexão sobre a prática educativa dos diferentes graus, níveis e modalidades de ensino, promovendo a articulação entre esses e a comunidade". A articulação deve abranger escolas públicas e particulares, urbanas e rurais assim como entidades comunitárias que desenvolvam todo e qualquer tipo de prática educativa sistemática e/ou informal".

A nova Escola Normal deverá ainda realizar pesquisas, experimentos, estudos, demonstrações e produção de material didático, assim como apoio, acompanhamento e divulgação dessas atividades que tenham sido efetuadas por outras instituições. Finalmente, a nova Escola Normal vai criar e manter o fluxo de educação permanente através da atualização e aperfeiçoamento constante de seus egressos e dos demais oriundos de escolas normais da região onde o Cefam está inserido.

A contribuição das crianças é fundamental

Há quatro anos, começou a ser posta em prática pela escola cooperativista Móbile, em Jardim da Penha, uma proposta pedagógica inédita no Estado. Nela, a criança tem seus critérios, suas opiniões, seus gostos e interesses. Ela não é "idealizada", mas tem a oportunidade de se expressar e manifestar, contribuindo para aprimorar o processo pedagógico. Tem-se como parâmetro uma educação de transformação, onde o estímulo individual é a base da informação e do progresso.

Através do bloco único, com duração de três anos, a criança, dependendo do seu rendimento, pode "avancar" para uma turma mais adiantada ou voltar para a antiga. "O objetivo é atender às necessidades individuais dos alunos", disse a professora Arlete Pinheiro Schubert. A criança tem um prazo mais "dilatado para sua construção e sem a possibilidade do trauma da reprovação".

As aulas teóricas são complementadas com as aulas práticas. Como, por exemplo, no ensino de História e Geografia. "O ensino da História não passa apenas pelo factual, sem se prender a datas e nomes. Há o estímulo para que a criança busque soluções diferenciadas", explicou Schubert. No caso do ensino da cultura indígena, os alunos vão às aldeias dos índios em Aracruz para aprenderem crenças e folclores das tribos. Depois da visita, os alunos contruíram uma maloca na escola. Com a cultura imigrante o processo é o mesmo. Dos primeiros imigrantes alemães e italianos ouvem relatos das dificuldades que tiveram ao chegar ao Espírito Santo.

Já no ensino de Geografia, o aluno não aprende nomes de regiões e acidentes geográficos de uma forma monótona, diante de um mapa impresso em livros, mas cria planetas imaginários e mapeia. "A partir daí, a criança vai construindo mares, planícies, planaltos, serras e outros. E, ao final de todo conhecimento, elabora um trabalho", explicou Schubert.

Pela nova proposta pedagógica, a pré-escola não pode ser apenas "um laboratório" de avaliação de comportamento emocional e intelectual, mas um local onde se ensina. A relação ensino-aprendizagem tem que ser vista como parte de um processo de conhecimento.



A educação na ponta do lápis



Proposta de igualdade no ensino é mero discurso

Educadores de todos os níveis defendem o princípio da democratização do conhecimento, a adequação dos currículos das escolas à realidade do indivíduo e à necessidade de proporcionar uma formação crítica ao aluno. Resta saber como e se tais objetivos são atingidos e o que as instituições elegem para ensinar. Uma pesquisa realizada junto a uma escola da rede pública estadual revela que a proposta de igualdade no ensino tem se limitado ao discurso. Os currículos não são controlados pelas direções e, muitas vezes, são desconhecidos dos professores. Mostra que vigoram fórmulas excludentes na eleição dos conteúdos e que persistem critérios de avaliação que levam à massificação e ao conformismo.

Por melhor elaborado que seja um currículo, o processo de aprendizagem se dá no dia-dia da sala de aula. No contato direto professor/aluno. Desta relação recria-se um conjun-

to de normas sociais, princípios e valores transmitidos tacitamente durante a escolarização. Trata-se do currículo oculto, assim denominado pela professora Ailse Terezinha Romanelli, no âmbito de sua tese de mestrado, defendida em 90, na Ufes.

Romanelli explica que o currículo informal, embora não declarado, produz resultados tão significativos quanto o oficial. Ambos interferem diretamente no processo de educação e podem responder, por exemplo, pelas causas do fracasso escolar, historicamente situadas fora das salas de aula, além do controle da escola e do professor.

A escola pesquisada, embora apresentando um dos mais altos índices de reprovação no Estado, pode servir de exemplo do que ocorre nas demais. Baseada em sua larga experiência no setor, a professora entende que a mesma realidade é encontrada nas redes privadas. Ela alerta, no entanto, que esta últi-

ma observação não tem caráter científico.

Apego a manuais

Os professores observados "não sabiam o que era currículo nem sua função. Mesmo habilitados, desenvolviam seu trabalho baseados em pressupostos teóricos derivados do senso comum". O grupo pesquisado mantinha-se apegado aos manuais, deixando-se levar pela tradição seletiva. Conforme Romanelli, esta seleção é feita, historicamente, a partir da visão da classe média. O próprio material didático é construído segundo princípios de controle do comportamento. Isso se dá, por exemplo, pela padronização das respostas exigidas dos alunos. No caso observado, os estudantes estavam sempre copiando ou respondendo alguma coisa. Ouvir e falar merecia pouca atenção, privilegiando atividades que favorecem o consenso e o pensamento convergente. Romanelli constatou,

ainda, uma valorização excessiva do aprendizado formal em detrimento de atividades com maior possibilidade de socialização, como as artes e o esporte, por exemplo.

Mau aluno

O mesmo estudo elaborou considerações a respeito do "bom" e do "mau" aluno, analisando critérios geralmente adotados. A seletividade é tida como padrão de qualidade, sem observar o conteúdo do ponto de vista de sua adequação à clientela. Sob a alegação de evitar paternalismos, nega-se qualquer ajuda ao estudante. O aluno acaba entregue à própria sorte, sem obter informações sobre os mais elementares processos de aquisição do conhecimento. A descrição do "bom" e do "mau" aluno indica que a escola faz a criança acreditar ser a única responsável pelo sucesso ou não da aprendizagem. A expectativa de desempenho uniforme, sem considerar as diferenças individuais de personalidade e conhecimentos acumulados, entre outras, confere à avaliação um caráter de exame que elimina os menos capazes, prejudicando as camadas sociais desfavorecidas. A pes-

quisadora entende que caberia à escola providenciar oportunidades de compensação, incentivando a descoberta de atividades bem-sucedidas, para restaurar o autoconhecimento mutilado, evitando o abandono.

Não se trata de selecionar conteúdos de acordo com as condições sócio-econômicas dos alunos. A pedagoga Maria Adelaide Alves, técnica da Sedu, acentua que todos têm direito de acesso igual ao conhecimento disponível. Cabe à escola e, mais diretamente ao professor, adequar o conteúdo à realidade do aluno, sem sonegar informações. Assim, por exemplo, uma escola rural dará preferência a significados que possam ser melhor assimilados no local. Nem por isso deixará de oferecer informações sobre a vida urbana. Ou uma escola de periferia eliminará conteúdos deixando-os para os economicamente privilegiados.

Na prática, porém, o processo de aquisição do conhecimento fica na dependência das condições pessoais do aluno. O processo de escolarização não é questionado, sendo o aluno levado a acreditar ser o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso escolar.

Vídeo beneficia mais de 240 mil alunos

Com o objetivo de modernizar a escola pública e melhorar o ensino oferecido pela rede oficial, a Secretaria da Educação está desenvolvendo vários projetos, sendo que um deles tem merecido a atenção de todo o país pela maneira eficiente com que vem sendo executado.

Trata-se do Projeto Vídeo-Escola, coordenado pela professora Lislíe Leitão Epichin e apoiado pelas fundações Roberto Marinho e Banco do Brasil, além de receber a colaboração de empresas como a Vale do Rio Doce. Ao lado de Sergipe, o Espírito Santo foi apontado como exemplo de como esse programa deve ser desenvolvido, com a ampliação do número de escolas beneficiadas em

relação à previsão inicial.

Atualmente, 450 escolas da rede estadual estão sendo atingidas pelo programa Vídeo-Escola, além de 30 escolas municipais. No total, o programa beneficia 246.360 alunos e 5.640 professores.

Além de representar mais um recurso pedagógico, a utilização do vídeo na sala de aula é fator de motivação para os alunos, facilitando o trabalho dos professores e aumentando as possibilidades do processo educacional. A professora Lislíe Epichin está entusiasmada: "Por suas características, o projeto provou que é possível utilizar-se uma tecnologia avançada com o apoio ao desenvolvimento, mobilizando secretarias e escolas, professores, alu-

nos e pais, capacitando e emulando profissionais de Norte a Sul do país, para o máximo aproveitamento dentro da sala de aula, tornando o processo didático mais dinamizador através dos recursos audiovisuais".

Outros projetos

Ainda visando à modernização do processo educacional, a Sedu desenvolve projetos como "Ciranda da Ciência", "Um Salto para o Futuro" e "Informática Educativa nas Escolas Públicas".

O primeiro deles se destina a introduzir o método experimental na rotina dos alunos da

5ª a 8ª séries, familiarizando-os progressivamente com a pesquisa e incorporando uma atitude científica na população em geral. A fundamentação básica desse projeto está na desvinculação das obrigações curriculares, transcorrendo paralelamente e sem compromisso de prazo, horas de atividade, etc.

Por sua vez, o projeto "Informática Educativa nas Escolas Públicas" funciona desde 1990 na Sedu, com atendimento à clientela do ensino fundamental, médio e educação especial. Sua finalidade básica é usar as tecnologias de Informática como instrumento pedagógico auxiliar no processo educativo do aluno e do professor, de forma que venha a atuar como elemento de importância para o

desenvolvimento desse aluno, refletindo na melhoria das relações homem/sociedade.

Finalmente, o Programa de Teleeducação "Um Salto para o Futuro" utiliza como meios os recursos tecnológicos disponíveis, que começam a ser democratizados para a rede pública de ensino. Esse programa tem origem em uma experiência-piloto realizada em 1991, com o programa televisivo "Jornal da Educação — Edição do Professor". A idéia é que ele seja transmitido nacionalmente e, em nível estadual, tenha orientadores de aprendizagem que atuem como multiplicadores do conteúdo, que consiste na capacitação de professores de pré a 4ª série do ensino fundamental.



A educação
na ponta
do lápis



Dinheiro da merenda, quando chega, é pouco

Muita gente acha que a maior motivação de grande parte dos alunos em procurar a rede pública de ensino é a merenda escolar. E isso é verdade, segundo a própria Secretaria da Educação: "Quando não tem merenda, muitos estudantes deixam de ir à aula, embora não se possa medir exatamente o peso desse fator na evasão escolar".

Se dependesse do Governo federal, responsável pelo repasse da verba para comprar a merenda, a evasão seria ainda mais significativa, pois quase sempre esse dinheiro é insuficiente e sempre chega atrasado, embora seus valores não sejam corrigidos. Em 1992, chegaram ao Espírito Santo recursos para adquirir 1.400 toneladas de alimentos para atender a 656.602 alunos de 5.045 escolas. No entanto, esse total representa apenas a quantidade mínima de comida para um período de 45 dias. Este ano, os repasses têm atrasado em pelo menos três meses.

Algumas prefeituras já estão habituadas a complementar a merenda com recursos da municipalidade, ou até mesmo bancar inteiramente essa despesa por meses a fio. No entanto, em alguns casos os cofres municipais não estão em condições de fornecer esse tipo de socorro, sendo que são raros os casos de diretoras de escolas que organizam festas, leilões e rifas visando arrecadar fundos destinados a comprar comida. Há educadores que tiram do próprio bolso o dinheiro para alimentar seus alunos, embora esses bolsos não estejam entre os que recebem os melhores salários do Brasil. Mas há situações em que a merenda escolar simplesmente deixa de ser oferecida aos alunos.

O sistema foi idealizado para funcionar da seguinte maneira: quando recursos federais

chegam, a Sedu os repassa para os municípios, que adquirem os gêneros a serem preparados nas próprias escolas. As exceções são Vitória, onde toda a rede oficial tem sido abastecida com gêneros comprados pela Secretaria Estadual, e Vila Velha, cujas escolas municipais também recebem os alimentos da mesma fonte.

Segundo a coordenadora do Programa de Alimentação Escolar da Sedu, professora Vera Lúcia Grillo, "o processo de distribuição tem entraves burocráticos que causam atraso na liberação dos recursos. Atualmente, estamos esperando recursos que já eram para ter sido liberados há mais de três meses, embora, da Secretaria Estadual para o município, até que a coisa anda rápido. Por sua vez, os municípios estão se limitando estritamente ao permitido pela legislação que eles têm de obedecer em relação à compra".

Essa descentralização foi estimulada pela própria Sedu, visando racionalizar e agilizar o processo, bem como incentivar o produtor local, gerando empregos na municipalidade e contribuindo para o aumento no recolhimento de impostos por parte das prefeituras.

Na opinião de Vera Lúcia Grillo, o ideal seria haver um cronograma de liberação de recursos que fosse efetivamente respeitado para que não houvesse interrupção no fornecimento da merenda. De acordo com suas palavras, outra medida que poderia ajudar seria a inclusão das despesas com a merenda na rubrica "Educação", cujo percentual orçamentário mínimo é fixado pela Constituição para aplicações pelos Estados e municípios. Esta última providência facilitaria a administração financeira tanto dos governos estaduais quanto das prefeituras, acredita a professora.

Obras gastaram US\$1,5 milhão até agora



A educação
na ponta
do lápis

Minorando as deficiências em instalações de unidades escolares no Estado, a Sedu está tocando 17 obras de construção, reforma e ampliação de prédios escolares nas quais foram desembolsados até outubro US\$ 1.570.400. Para o ano que vem, essas mesmas obras deverão custar mensalmente aos cofres públicos US\$ 276.713 até chegar ao total de US\$ 3.043.850.

Em convênio com as prefeituras, o número de escolas beneficiadas com obras chega a 145, em 59 municípios. Em outubro, essas obras representaram uma despesa de US\$ 724.668. Em novembro, US\$ 619.587. E, em dezembro, US\$ 420.878.

Ainda sem convênio existem 68 escolas que estão sofrendo intervenções variadas num valor total de US\$ 3.437.000.

SOS Escola

Para elevar o nível de serviço dos prédios escolares, idealizou-se um sistema de pronta ação, que tem como apoio um contrato ou convênio para a prestação continuada de serviços, operacionalizados por ordens específicas.

Os contratos do "SOS Escola", que já está funcionando na Grande Vitória, têm como objeto a execução de serviços emergenciais para garantir a funcionalidade dos prédios escolares, evitar riscos de vida e/ou acelerada degradação do patrimônio público.

Os serviços são executados com base em relação feita pelo subnúcleo da Sedu nos municípios onde estão os prédios a serem atendidos. Depois disso, os engenheiros da Secretaria, junto com os engenheiros das firmas contratadas, visitam as escolas e, com a participação de cada diretora, promovem os levantamentos dos serviços a serem executados, definindo quantidades e formas de execução.

Segundo o assessor-técnico da Sedu, Marco Antônio Barbosa da Silva, o "SOS Escola"



Faculdade de Vila Velha se estrutura

Dentro do programa que há quatro anos desenvolve de busca pelos mais eficazes valores de qualidade que possam ser aplicados a seu universo de ensino, a Faculdade de Ciências Sociais de Vila Velha vai começar, a partir de 15 de dezembro, a avaliar com os professores dos cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis, os resultados da investigação que realizou de julho para cá junto a eles e seus alunos.

A primeira fase do programa já permitiu, segundo a assessora pedagógica da faculdade, Marly Imperial Garabelli, significativa melhoria de qualidade em espaços físicos — instalações, equipamentos como sistemas de vídeo —, salas de aula, biblioteca. E autoriza hoje a



O Governo investiu na construção e na manutenção de várias escolas, como a Francelina Carneiro, de Coqueiral. Mas há uma realidade que se esconde nos prédios escolares, como esta da Escola Zaira Manhães Andrade, de Rosa da Penha. Os alunos se distraem pelos buracos

afirmação de que os professores podem ser considerados talvez os mais bem pagos do Estado, por força de um bem estruturado plano de cargos e salários.

A revisão dos currículos, que começou em agosto na parte do programa que alcança a estrutura didático-pedagógica, tem por objetivo diagnosticar a realidade atual dos cursos e projetar os anos futuros: o que pode ser mudado, que novas orientações acrescentar, que aspectos suprimir. Tudo com base em informações coletadas pela pesquisa que atingiu todos os professores e grupos aleatórios de 100 alunos por curso.

“Com isso a faculdade quer, por fundamental, devolver aos professores informações organizadas para que eles decidam sobre os próprios cursos que estão ministrando” — assegura a assessora pedagógica. Que ainda acrescente: “É preciso que o professor, por exemplo, de Direito Civil, tenha uma visão ampla de todo o curso de Direito, e não apenas de sua cadeira”.

Além disso, o programa já desenvolveu seminários internos e palestras, como também procurou opiniões externas junto a entidades representativas ligadas à administração, à contabilidade e às ciências jurídicas.

está se tornando uma nova referência de procedimento para obras, devendo inclusive ser adotado por outras secretarias, pois com ele tem sido praticados preços com economia de até 40%.

Só em 1993, a Sedu já beneficiou 219 unidades escolares da Grande Vitória com o “SOS Escola”, conforme dados fornecidos pelo chefe do Departamento de Coordenação dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino, Lussemborg Machado. O total de gastos com o Programa chegou a CR\$ 109.666.934,39.

Basicamente, essas despesas referem-se a serviços elétricos, hidráulicos, pisos, conserto em telhados, pintura e limpeza de caixas d'água, fossas e tubulações. Segundo Lussemborg Machado, a equipe da Sedu já se prepara para a segunda fase do projeto, quando serão realizados serviços de pintura, arborização, ajardinamento e obras de apoio para a implantação de hortas, além da manutenção rotineira e das emergências.

O objetivo é de estender o “SOS Escola” a todo o Espírito Santo.

‘Saúde na Escola’ deixa a desejar

Através de convênio com a Fundação de Assistência ao Estudante a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde estão desenvolvendo nas escolas da rede pública o programa “Saúde na Escola”, voltado para assistência oftalmológica, saúde bucal e divulgação de noções de higiene entre os alunos.

Contando com um laboratório oftalmológico que funciona no próprio edifício-sede da Sedu, esse programa foi criado tendo em vista que a escola é ponto natural de concentração de crianças e ainda tendo em vista a observação que os professores necessariamente fazem de seus alunos, estando portanto em condições de detectar qualquer anormalidade em seu estado

de saúde.

Segundo uma técnica da Sedu, hoje todos os municípios capixabas poderiam estar sendo atendidos por esse programa se não fosse a carência de recursos humanos e materiais. O Programa só tem podido contar com dois oftalmologistas e grande parte dos municípios não tem condições de contratar esse tipo de profissional. Além disso, a quantidade de laboratoristas, armações e lentes também não é suficiente.

No caso da assistência oftalmológica, o convênio prevê que a Secretaria de Saúde forneça os recursos humanos (pessoal médico e paramédico), sendo que a FAE e a Sedu ficariam responsáveis pelas armações e lentes. Em 27 municípios, 1500 crianças foram atendidas com óculos.

Conforme palavras da mesma fonte, o laboratório só tem um técnico, cuja capacidade de trabalho é ineficiente para atender a demanda. Atualmente, existem na Sedu aproximadamente 300 receitas esperando para serem aviaadas. Além disso, são necessários mais lentes e armações. Na opinião de pessoas envolvidas com o programa, a FAE precisaria contribuir com mais material, sendo que em 1993, por exemplo, essa fundação do Governo federal não forneceu qualquer tipo de material.

Quando o Programa “Saúde na Escola” começou, em 1985, a coordenação era feita por cinco técnicos, que supervisionavam as ações nas áreas de oftalmologia, saúde bucal e saúde em geral. Quando era detectado algum pro-

blema, a criança era encaminhada ao Centro de Saúde de referência mais próximo. Com o passar do tempo, o número de pessoas envolvidas foi diminuindo, sendo que hoje apenas uma técnica da Sedu coordena o programa, situação que se reflete na diminuição de índice de atendimento.

A parte curativa do setor de Odontologia só tem funcionado em 11 escolas que têm equipamentos e material de consumo fornecido pela Secretaria Estadual de Saúde. Mas a parte educativa e preventiva, bem como a orientação sobre noções de higiene bucal e prevenção da cárie, continuam sendo amplamente realizadas. Talvez por não dependerem de material nem de recursos humanos adicionais, já que esse trabalho é feito pelas próprias empresas.

ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS SANTA TEREZINHA

BOLSÃO 94

Conquiste o direito de estudar numa escola com 25 anos de tradição, pagando menos.

Inscrições: até dia 2/dezembro - das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas

Teste: dia 4/dezembro

Festa de formatura da pré-escola, com encerramento do ano letivo, dia 17/dezembro, às 19 horas.

Escola Santa Terezinha - 25 anos educando e formando nossos futuros profissionais.

Rua Santa Terezinha, 444 - Glória - Vila Velha

Fones: 229-0655 - 229-0463

Qualidade também está em discussão

Para melhorar o ensino oferecido à população capixaba, a Secretaria da Educação lançou o seu Programa de Qualidade e Produtividade, em iniciativa que até agora só foi adotada por um pequeno número de Estados brasileiros.

Para a coordenadora do programa, Vera Lúcia de Oliveira, essa atitude demonstra a preocupação do Governo “com o estabelecimento de padrões modernos e eficientes a serem atingidos pelo serviço público prestado à comunidade”.

Segundo Vera Lúcia de Oliveira, a frente interna do Programa compreende reuniões mensais que vêm sendo realiza-

das nos 71 municípios do Espírito Santo, com uma clientela formada por secretários municipais de Educação, chefes de subnúcleos regionais da Secretaria Estadual e especialistas na área, que ficam conhecendo a evolução histórica do Programa de Qualidade e Produtividade na Administração Pública e são estimulados a aderir ao mesmo. Além disso, são realizadas palestras sobre o tema “educação para a qualidade” e apresentados filmes em vídeo relacionados com o assunto.

Outra providência tem sido a participação de técnicos da Secretaria em programas de capacitação voltados para a qualidade e a produtividade, o esta-

belecimento de comunicação direta da Sedu com as escolas que estão aderindo ao programa e a criação de um grupo de estudos com técnicos da equipe técnico-pedagógica dos diversos departamentos da Secretaria. Reunidos semanalmente, eles analisam e examinam criticamente os conteúdos apresentados.

Na frente externa, a Sedu desenvolve um trabalho de incentivo, acompanhamento e participação junto aos comitês das escolas da rede pública estadual que aderiram ao Programa de Qualidade e Produtividade na Grande Vitória.

Conceito básico

Segundo a coordenadora do Programa, uma das dificuldades para se implantar a qualidade nas diversas faces do desenvolvimento humano está relacionada com a falta de motivação das pessoas.

Qualidade do ensino, a angústia dos pais

Há uma insatisfação generalizada com a qualidade de ensino oferecida tanto pela rede pública quanto pelo setor privado. Os pais se queixam de ser empurrados para as escolas particulares em busca de um padrão educacional elevado e encontram empresas absorvidas em sua tarefa de avaliar e quantificar resultados. O papel de formação fica relegado à mera informação justamente quando as famílias precisam da parceria das instituições no acompanhamento da educação integral, por serem obrigadas a dedicar menos tempo aos filhos, seguindo o ritmo da vida moderna.

Regina Mazzoco lamenta estar afastada de qualquer decisão a respeito do conteúdo oferecido a seus filhos, matriculados em uma escola de Vila Velha. "Os alunos recebem um amontoado de deveres o tempo todo, ficam sobrecarregados com atividades fora de sua realidade e, no final, são obrigados a

freqüentar um cursinho para ter acesso à universidade. "Cecília Peruzo, com três filhos na rede privada de Vitória, acrescenta que não tem visto preocupações com a renovação do ato de ensinar. A escola se transformou em um lugar que as crianças freqüentam por obrigação. São ambientes chatos, desestimulantes. Para ela, o relevante seria um ensino de alto nível, que supere os limites dos conteúdos clássicos, com vistas à formação integral da criança. Ela reclama, ainda, por uma formação mais adequada dos professores, com acompanhamento freqüente, reciclagem, renovação do material didático, entre outras iniciativas.

A criança não é um mero produto a ser semiacabado, pondera Dalva Ramaldes. Trata-se de um ser humano com limites, possibilidades a serem desenvolvidas. Além do conhecimento formal, precisa de atenção, de cuidados com o emocional. Segundo a jornalista, a prática vigente confunde o papel

formador com o de uma fábrica de gênios e campeões, enquanto que se alimentam expectativas que transcendem à cartilha e tem a ver com a estabilidade emocional da criança.

Os critérios de avaliação despontam como um dos principais fatores de angústia das famílias. Eles se reduzem a provas quantitativas, frias e classificam os alunos segundo o resultado de um momento estanque. O comportamento escolar integral é desprezado em troca de uma nota punitiva, podendo causar danos irreparáveis à auto-estima dos estudantes. No lugar do erro, deveria estar o aprendizado, observam os pais.

Na condição de empresas, os estabelecimentos de ensino não consideram as demandas mais sutis da clientela. Estas se referem mais à formação que à informação, sobretudo quando a vida moderna leva ao afastamento da criança de uma convivência mais cotidiana com a família.



A educação na ponta do lápis

Comunidade também deve contribuir

Ao analisar em sua tese de mestrado o funcionamento das escolas unidocentes no interior, a chefe do Departamento de Apoio Técnico e Pedagógico (DAT) da Sedu, Marilene Pascale da Silva Viola, constata que a estreita relação entre a comunidade e esse tipo de escola está vinculada a seu desempenho. "A eficiência dessa escola específica é um fato, ela é pedagogicamente eficaz. E isso tem a ver com a proximidade entre escola e comunidade nesse caso".

No que se refere a essa proximidade, Marilene Viola percebe: "O relacionamento professor/aluno, aluno/aluno, escola/comunidade é um fato que talvez explique o comprometimento dessa professora que, limitada como quase todos os professores de escolas rurais neste país, conseguiu obter sucesso desenvolvendo um trabalho pedagógico próprio, advindo de sua prática incorporada através dos anos de trabalho como docente de classe multisseriada".

A tese verificou que "ser membro da comunidade, participar do cotidiano dos alunos e pais e ter um melhor nível sócio-econômico são características que permitem à professora certas práticas (como, por exemplo, uso do fogão, de energia elétrica, colaboração da família, etc) inacessíveis aos demais

EDUCAÇÃO.

PRIORIDADE DA PREFEITURA

DE VITÓRIA.

Quando a matéria é educação, a Prefeitura de Vitória está sempre presente. Prova disso são os 38% de sua receita aplicados neste setor. Até agora já foram recuperados 17 prédios, entre Pré-Escolas e Escolas de 1º Grau. Foram concluídas as obras nas Escolas de 1º Grau Mauro Braga (S. Tereza), Isaura Marques da Silva (Andorinhas), José Lemos de Miranda (Condusa), Eber Louzada Zipinotti (J. da Penha) e a Escola Mal. Mascarenhas de Moraes (Mª Ortiz). Estão em andamento as obras na Escola de 1º Grau José Áureo Monjardim (Fradinhos), Nova Palestina, São Vicente de Paulo (Centro), e as Pré-Escolas Dr. Pedro Feu Rosa (Bonfim), Valdívia Rodrigues (S. Dumont) e Maria Ortiz. Se depender da Prefeitura de Vitória, o retorno desse investimento vai ser sentido na ponta do lápis.



são características que permitem à professora certas práticas (como, por exemplo, uso do fogão, de energia elétrica, colaboração da família, etc) inacessíveis aos demais professores, conferindo à mesma um certo status".

Segundo a visão de Marilene Viola, "a comunidade corresponde a essa demonstração de desvelo conferindo-lhe respeito, amizade e apoio, comparecendo às reuniões sempre que convocada e participando de todos os eventos programados. A professora não pode se queixar de falta de apoio dos pais, queixa tão comumente ouvida de professores urbanos e rurais em outros estudos e considerado como um fator responsável pelo fracasso escolar".

A chefe do DAT ressalta que "conteúdo, disciplina, afeto e aprendizagem também pareceram associados ao compromisso da professora com o ensinar, o que também foi constatado por Kramer e André (1984), em pesquisa para conhecer o trabalho desenvolvido por professores que estavam tendo sucesso na alfabetização de crianças na escola pública, apesar dos limites de sua condição de trabalho e formação".

Para Marilene, "o aspecto humanitário revelado nas preocupações e medidas de solução, tanto para os problemas pedagógicos quanto para os comunitários, a tornava singular quando comparada com as reações de professoras mencionadas em outros trabalhos".

O comportamento da professora e da comunidade confirma afirmações anteriores de que "o quadro de limitações na área rural é, riu ou noutro ponto, aliviado pela presença de um indivíduo excepcionalmente muito dedicado ou uma forte e progressista personalidade entre os membros da família".

Marilene conclui ser a boa relação escola-comunidade fator relevante, que proporciona ao professor estímulo para desenvolver um trabalho de melhor qualidade, contribuindo de modo significativo para o sucesso do processo ensino-aprendizagem.

Textos:

Juçara Brittes,
Linda Kogure
e Antônio Gurgel

Fotos:

Joaquim Nunes

Diagramação:

Sebastião Vargas

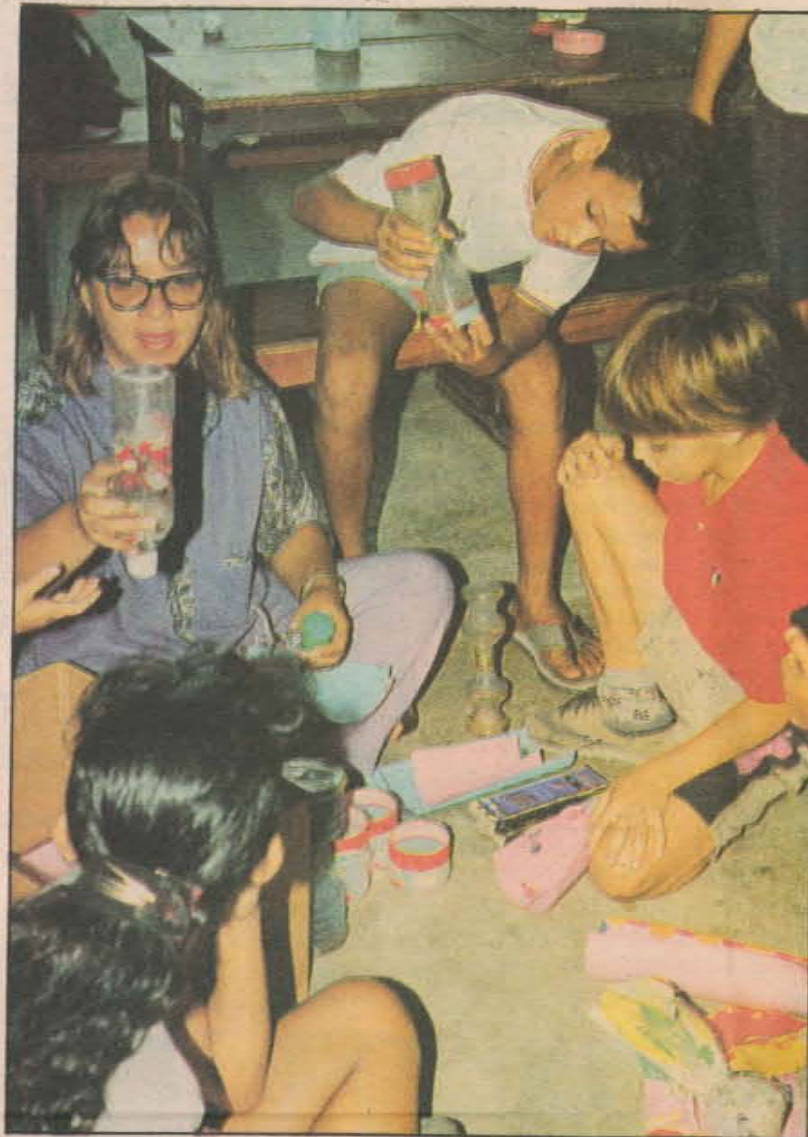
Edição:

Oriando Eller

Jogos ajudam construir o conhecimento



A educação na ponta do lápis



Os jogos lúdicos estão sendo introduzidos na formação dos professores de Matemática da rede municipal de ensino de Vitória desde agosto último. Chamado de brinquedoteca, o projeto ensina o professor a explorar pedagogicamente o brinquedo, como mais um recurso em sala de aula. As coordenadoras do projeto, Sandra Leandro e Iracema Fujiyama, armaram uma estratégia de trabalhar o lúdico nos próprios professores. A partir desta exploração, discute-se a atividade em sala de aula.

São diversos jogos que podem auxiliar o aprendizado da Matemática, levando o aluno ao raciocínio lógico. O **tangram** (quebra-cabeça chinês) serve como desafio de transformação. O **tira-põe**, que é um jogo de roletas e cartas, faz com que a criança some, subtraia, multiplique e divida, sem fazer operações em contas. Há também jogos de estratégia, como o **Ta-Te-Ti**, tipo o jogo da velha.

Dobraduras

Brincando no bom sentido as crianças passam a ter contato com uma nova forma de aprender Matemática, sem os ranços do passado. A Geometria, por exemplo, pode ser vista com exemplos de dobraduras. Até agora, são 90 professores envolvidos no projeto, do pré à 4ª série, a grande maioria do bloco único.

Sandra, orientadora educacional, e Iracema, professora de Matemática, explicam que todos os jogos são voltados para a construção do conhecimento. O lúdico costuma ser intercalado com textos teóricos e práticos. Alguns professores já estão levando exemplos da brinquedoteca para a sala de aula. Mas a idéia, por enquanto, é preparar melhor os professores para, talvez no próximo ano, o projeto ser aplicado em sala de aula.

A base teórica da brinquedoteca da rede municipal é da discípula de Jean Piaget, Constance Kamii (**A Criança e o Número e Reinventando a Aritmética**, editora Papyrus). Kamii apresenta uma nova abordagem da Matemática, a partir das idéias de Piaget de quem foi aluna e colaboradora, permitindo que a criança construa seu raciocínio lógico, com autonomia.

Escolas de Vitória ensinam línguas

O inglês e o espanhol já estão introduzidos em salas de aula do pré às 4ªs séries em cinco escolas da rede municipal de ensino de Vitória. A oralidade na língua estrangeira é a base do método empregado pela PMV. O ensino parte de jogos lúdicos, brincadeiras, música e muita expressão oral. A escrita só é iniciada a partir da 3ª série, ao contrário de outros métodos que priorizam a alfabetização.

A coordenadora do projeto de línguas estrangeiras do pré à 4ª série da Secretaria de Educação, Kátia Roldi, explica que as crianças fazem opção pelo espanhol ou pelo inglês. No meio das brincadeiras lúdicas, no bloco único, o projeto introduz o teatro, danças folclóricas e festas como o tradicional Halloween. O objetivo é de levar para as escolas públicas outros tipos de cultura para ampliar o universo das crianças.

Metodologia

Kátia Roldi enfatiza que através da promoção de festas estimula-se o interesse pela língua estrangeira. Ela cita a Tarde Espanhola, que contou com trajes típicos, danças folclóricas e até comida típica. Os jogos lúdicos são utilizados por uma explicação científica. Segundo a neurologia, de 4 a 8 anos, o cérebro tem uma plasticidade e capacidade especial de assimilar mímicas, expressões orais, historinhas, músicas, entonações e todos os padrões de linguagem.

Outro fator importante é que a criança não tem autocensura como o adulto. Sem bloqueios, não tem medo de pronunciar palavras erradas em outro idioma, sem se preocupar se está sendo ridículo ou não. Outra metodologia empregada é a multidisciplinar. Aprende-se por exemplo, o sistema planetá-

rio em inglês ou espanhol. A língua estrangeira auxilia o conteúdo das outras disciplinas. Kátia Roldi garante que o projeto é bastante inovador, com criações próprias de jogos, músicas e outros instrumentos de linguagem.

Na 3ª e 4ª séries, os alunos passam a aprender o princípio da língua escrita e leitura, mas sem a preocupação radical da gramática. Os educadores estão acreditando que, se o aluno chegar na 5ª série com bom nível oral, tem até a 8ª série para deslanchar a língua escrita. Sem dúvida, esta é a novidade do método da PMV. O aprendizado se faz gradualmente e não se tem mais a preocupação de ter que alfabetizar a criança em outro idioma. Os estudantes iniciam os primeiros contatos com uma língua estrangeira sem ranços e da forma mais lúdica possível.

As crianças do pré têm mais dificuldades para fazer a opção pelo inglês ou espanhol. Os nove professores partiram de perguntas sobre as preferências de cada um sobre cantores e músicas. Da 1ª série em diante as crianças têm mais facilidade, já que seu universo está um pouco mais ampliado. No ano passado, 49% dos cerca de 1.400 alunos envolvidos no projeto optaram pelo inglês e 51% pelo espanhol. A coordenadora acredita que a opção maior pelo espanhol foi por causa das Olimpíadas realizadas na Espanha. Já esse ano, 70% optaram pelo inglês e 30% pelo espanhol. As línguas estrangeiras são programadas em duas aulas por semana, de 50 minutos.

O processo de avaliação segue basicamente o mesmo do bloco único. Portanto, não há notas e os alunos são avaliados através de fichas de avaliação bimestrais.

"São direitos básicos do consumidor:...
II - a educação e a divulgação sobre o
consumo adequado dos produtos e serviços
asseguradas a liberdade de escolha e a
igualdade nas contratações;..."

(Código de Defesa do Consumidor Capítulo III - Artigo 6º - Parágrafo II)

Exercite o seu direito de comprar uniforme escolar. Verifique qualidade e preço. Faça sua opção. Essa é a filosofia que pertence...